

TANGARÁ DA SERRA

Prefeitura reduz alíquota do ITBI para facilitar registro de imóveis

**O imposto será
calculado com
alíquota de 1%
até 16 de dezembro**

ALEXANDRE RO LIM / Assessoria

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra reduziu pelos próximos 60 dias a alíquota do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que hoje é de 2%. Até o dia 16 de dezembro, o imposto será calculado com alíquota de 1%. Além disso, é possível parcelar o ITBI em até três vezes.

O prefeito municipal, Vander Masson, explica que a medida foi adotada com o objetivo de regularizar os imóveis no Município de Tangará da Serra em que o contribuinte possui apenas o contrato de compra e venda. É de

fundamental importância para a população a regularização desses imóveis, através da escritura e registro para que possam ter segurança jurídica na negociação imobiliária.

Para usufruir da redução na alíquota, o contribuinte deve procurar o cartório mais próximo de sua localidade para orientações.

**“Acesso dos
nossos
cidadãos à
propriedade
definitiva de
seus imóveis**

Atualmente o processo do ITBI pode também ser feito 100% online através do Portal Cidadão, no site da

Prefeitura (www.tangaradaserra.mt.gov.br) e clicar em ITBI Online. Para ter acesso direto à ferramenta, clique no link a seguir: <http://177.190.246.28/app/pages/login>

PERT – Além desta campanha de redução da alíquota do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Fazenda (Sefaz) e Procuradoria Geral do Município (PGM) está oferecendo nova oportunidade aos contribuintes de regularizarem seus débitos tributários municipais. Os descontos chegam a 100% sobre juros e multas de mora para pagamento à vista, e também a possibilidade de parcelamento em 12, 24, 36, 48 e 60 meses.

Essa é a segunda oportunidade concedida pelo Município aos contribuin-



A redução é regulamentada pela Lei Ordinária 5.562

tes para regularizarem
seus débitos municipais
em 2021.

A secretária de Fazenda, Angela Nascimento, explica que o desconto no percentual corresponde aos juros e multa moratória decorrente de descumprimento ou inadimplemento, para

recebimento de débitos municipais vencidos, inscritos em dívida ativa tributária e não tributária, bem como as que se encontram em processo de execução fiscal.

Poderão aderir ao PERT pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado.



Prefeito Emanuel Pinheiro

CUIABÁ

Prefeito é afastado por irregularidades na Saúde

Em nota, o prefeito informou que está à disposição das autoridades

G1-MT

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) foi afastado da função nesta terça-feira, 19, por ordem da Justiça, decorrente de investigação de suposta organização criminosa voltada para contratações irregulares de servidores temporários na Secretaria Municipal de Saúde.

Em nota, o prefeito Emanuel Pinheiro informou que está à disposição das autoridades, além de afirmar que recebeu com surpresa a decisão que gerou afastamento de suas funções em razão de apuração por contratação irregular de servidores da Saúde.

de em Cuiabá. “Amparado pela transparência, o gestor público posteriormente irá se manifestar à população e imprensa. Reitera que está à disposição das autoridades competentes e vai colaborar para o pronto esclarecimento dos fatos”.

Na operação deflagrada pelo Ministério Público e pela Polícia Judiciária Civil, foram ainda cumpridos mandados de busca e apreensão e sequestro de bens contra o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, e a mulher

“Gestor público posteriormente irá se manifestar à população”

dele, Márcia Aparecida
Kuhn Pinheiro.

Além do prefeito, são alvos da operação a secretária-adjunta de Governo e Assuntos Estratégicos, Ivone de Souza e o chefe de gabinete, Antônio Monreal Neto. Todos foram afastados de suas funções, e o chefe de gabinete foi preso temporariamente. Os pedidos de busca e apreensão e de sequestro de bens também atingem o ex-coordenador de Gestão de Pessoas da prefeitura, Ricardo Aparecido Ribeiro.

Segundo o Ministério Público Estadual (MPE), as medidas foram solicitadas de forma cautelar após investigações apontarem indícios de ilegalidades na Secretaria Municipal de Saúde. O MPE não especifica quais ilegalidades seriam essas, já que o processo corre em sigilo.